

Processo: 8476/2017  
Tipo: Projeto de Lei: 208/2017  
Área do Processo: Legislativa  
Data e Hora: 20/07/2017 14:53:42  
Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória  
Assunto: Altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de  
06 de março de 2017, que instituiu o Programa de  
incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública  
do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017.

Mensagem nº 020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,


Submeto a apreciação de V.Ex<sup>a</sup> e dignos Pares o Projeto de Lei que altera e inclui dispositivos na Lei nº 9.113, de 08 de março de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017.

Tem o presente Projeto de Lei a finalidade de ajustar artigos da Lei supracitada que apresentam incorreções e que impossibilitam, em parte, a sua aplicabilidade.

O presente Projeto de Lei que propõe a inclusão do § 4º ao Art. 1º da Lei nº 9.113, de 2017, visando delimitar a adesão ao REFIS apenas aos contribuintes vinculados diretamente ao fato gerador da obrigação tributária, excluindo assim a possibilidade de adesão por parte do responsável tributário, visto que este não é revestido da condição de contribuinte; e a ele é atribuída apenas a obrigação de pagamento em lugar e por conta do sujeito passivo vinculado à obrigação, por meio da retenção do valor devido.

Desta forma, ao efetuar a retenção e não recolher o tributo, o responsável tributário se apropria de valor indevidamente, fazendo com que o contribuinte fique em débito com a Fazenda Pública Municipal.

A alteração da aliena "b" do inciso II do Art. 2º da Lei nº 9.113, de 2017, quanto à quantidade de parcelas fixadas, proporcionará flexibilidade ao contribuinte e possibilitará o

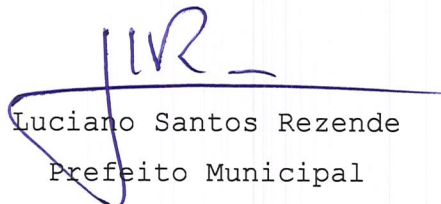


8476	02	gmm
------	----	-----

parcelamento de uma até doze vezes, para que não cause impossibilidade de aderir ao REFIS.

Sendo assim, submeto o presente Projeto de Lei para análise dos nobres Edis, reforçando tratar-se apenas de acertos necessários ao bom andamento da Segunda Fase do REFIS Vitória 2017, sem, contudo, mudar a sua essência.

Vitória, 27 de junho de 2017

  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal

Ref.Proc.3299146/17

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
8476	03	002



**Prefeitura Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

## PROJETO DE LEI


**Altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017.**

**Art. 1º.** Ficam alterados e incluíso dispositivos na Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o program de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÒRIA 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

**"Art. 1º.** .....  
.....  
.....  
**§ 4º.** É vedado o parcelamento pelo responsável tributário em relação aos tributos em que houver o dever de retenção.  
**Art. 2º.** .....  
**I -** .....  
**II -** .....  
**a)** .....  
**b)** 65% (sessenta e cinco por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior ao limite máximo permitido na alínea "a" até o máximo de 12 (doze)." (NR)

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 27 de junho de 2017.

  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal

Ref.Proc.3230870/17



Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

SEGOV/GDO

DIÁRIO OFICIAL DO  
MUNICÍPIO DE VITÓRIA

DE: 08 / 03 / 2017

FRS  
RUBRICA**LEI N° 9.113**

Institui o Programa de Incentivo  
à Regularização Fiscal com a  
Fazenda Pública do Município de  
Vitória - REFIS VITÓRIA 2017.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017, destinado a promover a quitação de débitos tributários e não tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, originários dos seguintes tributos e multas:

**I** - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

**II** - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

**III** - Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos - TCRS;

**IV** - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP;

**V** - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI;

**VI** - Multas por infração à Legislação do Município.

**§ 1º.** Os débitos não inscritos em Dívida Ativa referidos neste artigo restringem-se, exclusivamente, aos tributários oriundos de lançamento de ofício por meio de auto de infração ou denunciados espontaneamente.

**§ 2º.** Para efeito de denúncia espontânea citada no § 1º deste artigo, somente serão considerados, para fins

fm



dos benefícios desta Lei, aqueles débitos denunciados espontaneamente, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a publicação desta Lei.

§ 3º. Os débitos de ISSQN cobrados na sistematizada do SIMPLES Nacional só poderão ser parcelados na forma dessa Lei depois de inscritos na dívida ativa do Município, e sua atualização observará os critérios fixados na Lei Municipal nº 8.905, de 04 de janeiro de 2016.

**Art. 2º.** A adesão ao REFIS VITÓRIA 2017 será realizado em duas fases e implicará nas seguintes reduções:

**I** - Primeira Fase - período de adesão de 120 dias, conforme cronograma previsto em regulamento:

**a)** 100% (cem por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de pagamento de débito à vista, ou parcelado em um número máximo de 08 (oito) parcelas, desde que o vencimento da última, não exceda o exercício de 2017;

**b)** 85% (oitenta e cinco por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 08 (oito) até no máximo de 12 (doze);

**c)** 75% (setenta e cinco por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 12 (doze) até o máximo de 24 (vinte e quatro);

**d)** 65% (sessenta e cinco por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 24 (vinte e quatro) até o máximo de 36 (trinta e seis);

**e)** 40% (quarenta por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 36 (trinta e seis) até o máximo de 48 (quarenta e oito);

**f)** 30% (trinta por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 48 (quarenta e oito) até o máximo de 60 (sessenta);

fm

**II** - Segunda Fase - período de adesão de até 150 dias, conforme cronograma previsto no regulamento:

**a)** 80% (oitenta por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de pagamento de débito à vista, ou parcelado em um número máximo de 06 (seis) parcelas, desde que o vencimento da última, não exceda o exercício de 2017;

**b)** 65% (sessenta e cinco por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 08 (oito) até o máximo de 12 (doze);

**c)** 55% (cinquenta e cinco por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 12 (doze) até o máximo de 24 (vinte e quatro);

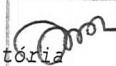
**d)** 45% (quarenta e cinco por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 24 (vinte e quatro) até o máximo de 36 (trinta e seis);

**e)** 20% (vinte por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 36 (trinta e seis) até o máximo de 48 (quarenta e oito);

**f)** 10% (dez por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 48 (quarenta e oito) até o máximo de 60 (sessenta).

Parágrafo único. As reduções previstas neste artigo abrangem as multas moratórias, multas por infração e os juros moratórios gerados antes, no ato, ou após a inscrição dos respectivos débitos em Dívida Ativa.

**Art. 3º.** As reduções previstas no Art. 2º desta Lei aplicam-se também aos débitos que se encontrarem em discussão administrativa ou judicial, bem como àqueles que decorrerem de procedimentos fiscais não encerrados no período de sua vigência, desde que, nesta última hipótese, a adesão ao REFIS VITÓRIA 2017 obedeça ao disposto no artigo 6º desta Lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
8426	07	

**Art. 4º.** Nos casos de pagamento de débito em mais de 01 (uma) parcela, o valor das prestações não poderá ser inferior a R\$ 66,50 (sessenta e seis reais e cinquenta centavos), para pessoa física, e a R\$ 265,94 (duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), para pessoa jurídica.

Parágrafo único. Em qualquer caso, as parcelas serão mensais, sucessivas e de idêntico valor, sujeitando-se à incidência de correção monetária, em conformidade com a Lei nº 6.755, de 2006, ou aquela que vier substituí-la.

**Art. 5º.** Ficam excluídos do REFIS VITÓRIA 2017 os débitos procedentes das seguintes origens:

- I - Administração Indireta do Município;
- II - preços públicos;
- III - contratos administrativos;
- IV - outros débitos passíveis de inscrição na Dívida Ativa, não abrangidos por esta Lei.

**Art. 6º.** Somente será incluído no REFIS VITÓRIA 2017 o postulante que formular o pedido de adesão ao programa no período de vigência desta lei, e que efetuar, no prazo pactuado, o pagamento da primeira das parcelas ajustadas, inclusive nos casos de parcela única.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo quando o contribuinte efetuar o pagamento da guia de dívida ativa, anexa ao carnê de IPTU e ISSQN Fixo do exercício de 2017, com o desconto previsto na alínea "a" do inciso I do Art. 2º desta Lei.

**Art. 7º.** A adesão ao REFIS VITÓRIA 2017 importará:

- I - no reconhecimento e confissão irrevogáveis e irretratáveis dos débitos dele constantes;
- II - na imediata desistência e arquivamento de eventuais processos administrativos em que haja discussão do débito;
- III - na obrigatoriedade do aderente em peticionar nos processos judiciais que tenha ajuizado em face do

Município, renunciando o direito em que se funda a ação, nos termos da alínea "c" do inciso III do Art. 487 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015);

**IV** - na aceitação plena das condições estabelecidas no programa.

**Art. 8º.** O descumprimento do parcelamento pactuado através do REFIS VITÓRIA 2017 implicará na exclusão do aderente, na forma prevista na Lei nº 6.755, de 2006, ou aquela que vier a substituí-la.

**Art. 9º.** Fica assegurada a manutenção dos parcelamentos vigentes de débitos pactuados com o Município, firmados com base em regime diverso do estabelecido nesta Lei, sendo, contudo, facultada a migração para o REFIS VITÓRIA 2017 de débitos anteriormente parcelados.

**§ 1º.** No caso de migração do valor remanescente de débitos de parcelamentos anteriormente firmados e não integralmente quitados, os juros de mora sobre o saldo devedor serão considerados desde a data da origem de cada débito.

**§ 2º.** Ficam excluídos da possibilidade de migração para o REFIS VITÓRIA 2017 os parcelamentos vigentes celebrados com fundamento na Lei nº 8.592, de 12 de dezembro de 2013, salvo se optar pelo pagamento em parcela única.

**§ 3º.** A migração ou a adesão ao REFIS VITÓRIA 2017 referidas neste artigo implicarão na renúncia do postulante aos parcelamentos anteriores, e ficarão condicionadas à inclusão da integridade dos valores remanescentes, salvo se incompatíveis com o regime estabelecido.

**Art. 10.** A adesão ou migração ao REFIS VITÓRIA 2017 dependerão de requerimento prévio, na forma disposta em regulamento.

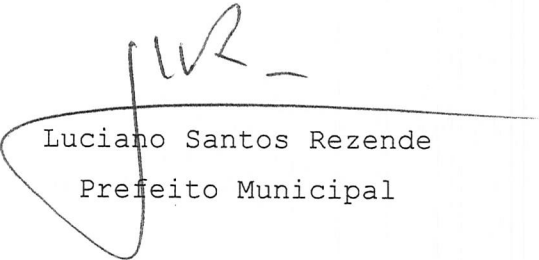
**Art. 11.** Tratando-se de débito igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o contribuinte

poderá se valer dos descontos previstos na alínea "a" do inciso I do Art. 2º desta Lei, independentemente do número de parcelas pactuadas (limitando-se a 60 meses), desde que haja o pagamento da primeira par-cela no percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do débito.

**Art. 12.** Esta Lei será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo, que fixará as datas de início e término de cada uma das fases previstas no Art. 2º desta Lei.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2017.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 06 de março de 2017.

  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal

Ref.Proc.1148513/17



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
6476	10	<i>[Handwritten signature]</i>

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em, 24/07/17

INCLUA-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em, 24/07/17

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

PAUTADO EM 1ª DISCUSSÃO

Em 25/07/2017

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 2ª DISCUSSÃO

Em 26/07/2017

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 3ª DISCUSSÃO

Em 27/07/2017


\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA



SERVIÇO DE APOIO AS COMISSÕES)  
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO  
AS COMISSÕES ABAIXO

- 1) Justiça
- 2) Finanças
- 3) Defesa do Consumidor e fiscalização de leis
- 4) \_\_\_\_\_

Em 28 / 07 / 2017

  
Sylvian Manóla  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

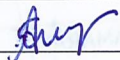
Comissão de Justiça  
Ao Sr. Vereador Leonil

Designar Relator

Em 28 / 07 / 2017  
SAC

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até  
03/08/17)

Secretaria do S.A.C.



AVOCO A MATÉRIA PARA RELATAR  
NA COMISSÃO DE JUSTIÇA

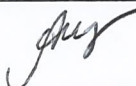
EM, 31 / 07 / 17

Leonil  
PPS

Ao Leonil,

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até  
14/08/17)

Secretaria do S.A.C.



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO**

**Proposta de Lei: 208/2017**

**Processo: 8476/2017**

**Autor: Prefeitura Municipal de Vitória**

**Ementa: “Altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017.”**

**I – RELATÓRIO**

De autoria da Prefeitura Municipal de Vitória, o projeto de Lei em epígrafe, altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017, tendo sido protocolado nesta casa de Leis em 20 de julho de 2017, as fls. 01/09 dos autos.

Nos termos de sua justificativa a Prefeitura Municipal de Vitória alega que o Projeto de Lei tem a finalidade de ajustar artigos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que apresentam incorreções e que impossibilitam, em parte, a sua aplicabilidade.

Em cumprimento as normas dispostas no regimento interno da Câmara Municipal de Vitória – Resolução n.º 1.919/2014, objetivando sua regular sua tramitação, o Projeto foi encaminhado à Comissão de Justiça, para emissão de parecer.

É o relatório.

**II – PARECER DO RELATOR**

Em detida análise ao projeto de Lei em tela e, sob estrita observância à prerrogativas regimentais, especialmente constantes no inciso I do artigo 61, da Resolução de n.º 1.919/2014, a qual estabelece que compete à Constituição de constituição e justiça, serviço público e redação opinar sobre questões que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade da matéria em análise, esta comissão entende o seguinte:

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

...

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940



O projeto de Lei em epígrafe altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017.

A inclusão do § 4º ao artigo 1º da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, visa delimitar a adesão ao REFIS apenas aos contribuintes vinculados diretamente ao fato gerador da obrigação tributária, excluindo assim a possibilidade de adesão por parte do responsável tributário, visto que esse não é revertido da condição de contribuinte, e, a ele é apenas atribuída a obrigação de pagamento no lugar e por conta do sujeito passivo vinculado a obrigação, por meio da retenção do valor devido.

A alteração da alínea “b” do inciso II do Art. 2º, da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que se refere a quantidade de parcelas fixadas, proporcionará flexibilidade ao contribuinte e possibilitará o parcelamento em até 12 vezes, para que não cause impossibilidade de se aderir ao REFIS.

Diante da matéria apresentada, cumpre inicialmente destacar que dentre os princípios constitucionais, um dos que vem apresentando previsão permanente nas Constituições Republicanas é o da Independência e harmonia entre os poderes, expressamente estabelecido no Art. 2º da atual Carta Magna, sendo que, ao organizarem-se, os Estados-membros e Municípios estão obrigados a reproduzir, em suas Leis maiores, o Princípio da separação dos Poderes, bem como a efetivamente respeitá-lo no exercício de suas competências,

Neste sentido, entendemos que o Ato Normativo não viola o princípio da separação dos poderes, previsto no Artigo 17, e no Art. 91, I, da Constituição do Estado, aplicáveis aos municípios por força do artigo 20 da Carta Capixaba, uma vez que a matéria é de competência do Chefe do Poder Executivo.

Com estes fundamentos, a proposição em exame está revestida dos critérios exigidos no tocante a Constitucionalidade e Legalidade, manifestando-se este relator, pela admissibilidade do Projeto de Lei enunciado, reservando-se o direito de opinar sobre o mérito por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário.

Por fim, nos termos da Lei federal n. 95 de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o paragrafo único do artigo 59 da Constituição federal, verificou-se que redação do projeto de Lei está adequada a melhor técnica legislativa.

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

...

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940

### III – VOTO

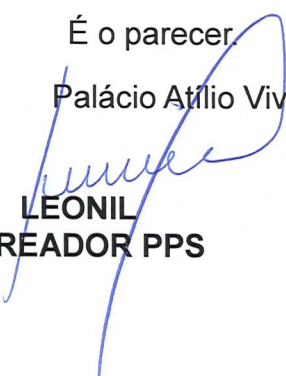
Analisando o projeto supracitado a luz do ordenamento jurídico-constitucional vigente, verifica-se o não atendimento a formalidade processualística e a obediência aos preceitos constitucionais.

Diante disso, constando a inexistência de vício, entendemos que esta comissão não pode se manifestar de outra maneira que não seja pela aprovação do projeto.

Ante o exposto, é que se entende pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE** da matéria.

É o parecer.

Palácio Atilio Vivacqua, 02 de agosto de 2017.

  
**LEONIL**  
**VEREADOR PPS**

Matéria : Votação 1

CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
8476	13	H

Reunião : Comissão de Justiça 0308  
Data : 03/08/2017 - 14:40:42 às 14:41:06  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Condição : votos Sim  
Total de Presentes : 5 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
30	Leonil	PPS	Sim	14:40:49
32	Mazinno dos Anjos	PSD	Sim	14:40:53
34	Roberto Martins	PTB	Sim	14:40:52
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	14:41:01
36	Waguinho Ito	PPS	Sim	14:40:55

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	5	0	5

Mesa Diretora da Reunião :

: Leonil

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
8476	14	H

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Finanças

Ao Sr. Vereador Denninho Silva

Avocar a matéria para o SAC.

Em 03/08/2017

SAC.

do SAC

Avocar a matéria e dar o parecer pela aprovação.

04/08/2017



**Denninho Silva**

Vereador - PPS

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
8476	15	X

**Processo nº:** 8476/2017.

**Projeto de Lei nº:** 208/2017.

**Autor:** Prefeitura Municipal de Vitória.

**PARECER**

Da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas na forma do Art. 62, caput da Resolução nº 1.919/2014, sobre o Projeto de Lei nº 208/2016, da Prefeitura Municipal de Vitória, altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017.

**Relator: Vereador Denninho Silva**

**I – Relatório:**

Trata-se de Projeto de Lei nº 208/2017, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito, que tem por objetivo alterar e incluir dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória —REFIS VITÓRIA 2017.

Conforme se extrai dos autos, a presente proposição foi incluída na leitura do expediente interno em 28/12/2016, incluída para discussão especial em 28/12/2016, sendo pautada para discussão 1ª, 2ª e 3ª discussão, respectivamente, em 25/07/2017, 26/07/2017 e 27/07/2017, sendo encaminhada para a comissão de Constituição e Justiça para emissão de parecer técnico.


O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vereador Leonil Dias, avocou a matéria emitindo parecer pela sua legalidade e constitucionalidade, sendo aprovado o parecer do relator naquela comissão.


É o relatório, passo a opinar.




Vereador

**Denninho  
Silva**

 [denninho@denninhosilva.com.br](mailto:denninho@denninhosilva.com.br)

 Denninho Silva

 [www.denninhosilva.com.br](http://www.denninhosilva.com.br)

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira - Vitória-ES  
CEP: 29.050-625 (27) 3334-4516



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
8476	100	8

## II – Parecer do Relator:

Como se extrai dos autos, a presente proposição tem por objetivo ajustar artigos da lei supramencionada que apresentam incorreções e que vem, em parte, impossibilitando sua aplicabilidade.

Preliminarmente, destaque-se que em dezembro de 2013 foi publicado a lei nº 8.592 de mesmo conteúdo com resultados satisfatórios a essa municipalidade, possibilitando com os efeitos da legislação até o presente momento, uma injeção superior a R\$ 130 milhões de reais aos cofres da Prefeitura municipal. Lembramos que esforços nesse sentido foram realizados, com ajustes para melhoria do gasto público e recuperação de receita, como, por exemplo, as ações de protesto, Refis Vitória - 2013 (programa de incentivo à quitação de dívidas) e Nota Vitória. Entretanto, segundo dados apresentados na própria mensagem do Executivo, temos observado que mesmo com todos os mecanismos de cobrança implementados pela municipalidade, o estoque da dívida ativa, continua se elevando, totalizando no exercício de 2015, o montante de R\$ 1.384.424.376,92.

Insta salientar que a atual gestão do atravessou um período extremamente desafiador. Ainda em 2012, já com a certeza do fim do Fundap (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias — incentivo para empresas de comércio exterior instaladas no Estado), uma violência do ponto de vista fiscal literalmente derrubou as finanças da cidade. A cidade estava ancorada no Fundap havia quase 40 anos, e não houve regra de transição. Vitória passou então a ter a responsabilidade de manutenção de seus compromissos, custeio e folha de servidores, com uma receita drasticamente reduzida, sendo necessário, portanto, um planejamento de curto, médio e longo prazo no tocante a reinvenção de sua matriz econômica.




O projeto de lei em análise visa delimitar a adesão ao REFIS apenas aos contribuintes vinculados diretamente ao fato gerador da obrigação tributária, excluindo, assim, a possibilidade de adesão por parte do responsável tributário, visto que este não é revertido da condição de contribuinte, sendo a ele atribuído apenas a obrigação de pagamento em lugar e por conta do sujeito passivo vinculado à obrigação, por meio da retenção do valor devido.

Seguindo em análise, a alteração da alínea “b” do inciso II do Art. 2º da Lei nº 9.113, de 2017, quanto à quantidade de parcelas fixadas proporcionará flexibilidade ao contribuinte e possibilitará o parcelamento de uma até doze vezes, para que não cause impossibilidade de aderir ao REFIS.



Vereador

**Denninho  
Silva**

 denninho@denninhosilva.com.br  
 Denninho Silva  
 www.denninhosilva.com.br

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira - Vitória-ES  
CEP: 29.050-625 (27) 3334-4516



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
0476	17	8



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ressalta-se que a matéria não contraria nenhum dispositivo de nossa Carta Magna de 1988, atendendo a rigor disposto em lei federal nº 4.320/64, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na questão fiscal e nas demais normas previstas na legislação vigente.

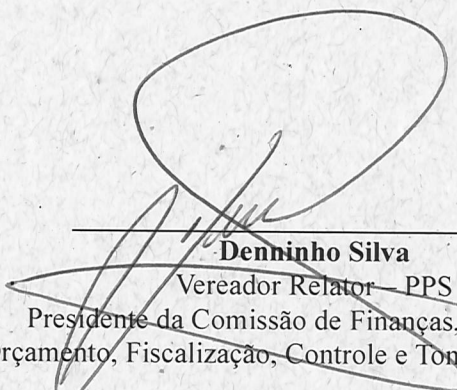
Com R\$ 80 milhões a menos no Orçamento de 2017 em relação ao do ano passado, segundo informações preliminares disponíveis, a Prefeitura de Vitória espera arrecadar entre R\$ 25 milhões e R\$ 30 milhões com um novo programa de incentivo à regularização fiscal. Os valores não devem, no entanto, entrar nos cofres municipais na totalidade ainda este ano. A ideia é que pessoas físicas e jurídicas paguem suas dívidas com o município à vista ou em até 60 parcelas em troca de descontos em multas e juros. Os descontos podem variar de 10% a 100%, mas não afetam o valor original do débito.

Dados atualizados informam que atualmente, o valor em dívida ativa contabilizado pela Prefeitura de Vitória é de R\$ 1,7 bilhão. Os devedores são 41.436 pessoas físicas e 7.567 pessoas jurídicas, que representam R\$ 1,3 bilhão do total. Todos estão, em tese, aptos a aderir ao Refis. Mas é provável que nem todos decidam assim. Por isso a expectativa de arrecadação é bem inferior à cifra da dívida.

Ante o exposto, considerando a importância do incremento com essa fonte de receita, entendendo ainda se tratar de uma fundamental ferramenta para redução do estoque da dívida ativa, possibilitando, ainda, a regularização de pessoas físicas e jurídicas com o fisco, no mérito, opinamos pela **APROVAÇÃO** da matéria.

É o parecer.

Vitória, 04 de agosto de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
**Denninho Silva**  
Vereador Relator - PPS  
Presidente da Comissão de Finanças, Economia,  
Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas.



Vereador

**Denninho  
Silva**

✉ denninho@denninhosilva.com.br  
f Denninho Silva  
www.denninhosilva.com.br

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira - Vitória-ES  
CEP: 29.050-625 (27) 3334-4516

Reunião : Comissão de Finanças 0408  
Data : 04/08/2017 - 14:04:04 às 14:05:04  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Condição : votos Sim  
Total de Presentes : 0 Parlamentares

CÂM.	PROCE	ORIA
8476	18	16

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário	
<u>Totais da Votação :</u>					
		SIM	NÃO		TOTAL
		0	0		0

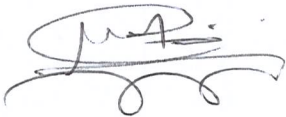
Mesa Diretora da Reunião :

: Denninho Silva

04/08/2017 14:05:04

PRESIDENTE

SECRETÁRIO





SECRETÁRIO

3 Vereadores presentes, 3 votos SIM.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
8476	101	16

ao Senador Leonil, presidente da Comissão  
de Justiça para designar relator, observando  
a emenda protocolada.

Em 06/09/17  
SAC

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até

13/09/17.

Secretaria do S.A.C.

*jur*

NA COMISSÃO DE JUSTIÇA

EM, 11 / 09 / 17.

Leonil  
PPS

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até

21/09/17

Secretaria do S.A.C.

*Julany*

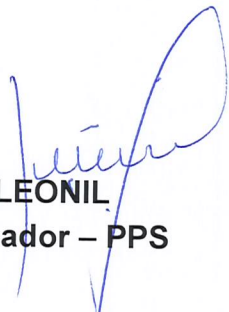


Vitória/ES, 13 de setembro de 2017.

Ao DEL,

Em razão de questão suscitada na Reunião da Comissão de Justiça, com base no Artigo 224 do Regimento Interno, por se tratar de emenda que não possui relação direta e imediata com a proposição principal, neste sentido, solicito que seja a Emenda apartada da proposição principal e remetida ao Autor para que apresente proposição autônoma, se assim desejar.

Atenciosamente,



**LEONIL**  
Vereador – PPS

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
8478 22		F

do Vereador Sandro Parrini, Presidente da  
Comissão de Defesa do Consumidor e  
Fiscalização de Leis, para designar  
relator da matéria.

Em 04/08/17  
SAC

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até

09/08/17

Secretaria do S.A.C.

*Aug*

AVOCO PARA RELATAR NA  
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
E DEFESA DE LEIS O(A) VEREADOR(A)

EM, 07/08/2017  
**SANDRO PARRINI**  
PDT

## **PARECER DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO DE LEIS**

**PROCESSO:** 8476/2017

**PROJETO DE LEI:** Nº 208/2017

**AUTORIA:** Prefeitura Municipal de Vitória/ES

**EMENTA:** “Altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do do Município de Vitória – REFIS VITÓRIA 2017”.

### **RELATÓRIO:**

Trata de Projeto de Lei de autoria da Prefeitura Municipal de Vitória, que altera e inclui dispositivos à Lei nº 9.113/2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017.

Segundo informa a Prefeitura Municipal, a proposição tem a finalidade de ajustar incorreções na Lei que poderiam dificultar a sua aplicabilidade.

Assim, ultrapassadas as formalidades, foi o presente projeto encaminhado a esta Comissão para emissão de parecer, o que passa a fazer adiante.

É o relatório.

### **PARECER:**

Visa o presente Projeto de Lei incluir o §4º ao artigo 1º, e alterar a alínea “b” do inciso II, do Art. 2º, da Lei nº 9.113/2017, Lei que instituiu o REFIS VITÓRIA 2017.

A inclusão do §4º ao artigo 1º da Lei em questão, objetiva delimitar a adesão ao REFIS apenas dos contribuintes vinculados diretamente ao fato gerador

da obrigação tributária, impedindo a adesão por parte do responsável tributário, uma vez que este não é revestido da condição de contribuinte.

A alteração da alínea “b” do inciso II, do Art. 2º, da Lei, objeto da proposta, modifica a quantidade de parcelas fixadas, visando propiciar flexibilidade ao contribuinte, possibilitando o parcelamento da dívida com a Fazenda Pública Municipal de uma até doze vezes.


Manifestamos concordância com os Pareceres já emitidos e aprovados, exarados respectivamente, pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vereador Leonil Dias que votou pela legalidade e constitucionalidade da matéria, e pelo Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Denninho, que votou pela aprovação do projeto.

Assim, entendemos ter o Projeto de Lei nº 208/2017 cumprido os requisitos legais, e desta forma, opinamos pela sua aprovação.

#### CONCLUSÃO:


Pela razões expostas, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 208/2017, na forma em que foi apresentado.

Palácio Atílio Vivácqua, Vitória/ES, 07 de agosto de 2017.



---

**SANDRO PARRINI**  
**VEREADOR – PDT**



*Sandro Parrini*  
Vereador - PDT  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



Matéria : Projeto de Lei nº 208/2017



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
8476	24	AL

Reunião : Comissão Defesa do Consumidor 1409  
Data : 14/09/2017 - 15:17:42 às 15:18:40  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata

Quorum :  
Total de Presentes : 2 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	15:18:33
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	15:18:21

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	2	0	2

 PRESIDENTE  
 SECRETÁRIO



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
8476	25	46

ao Del, O processo tramitou concomitante -  
mente na forma do Art. 109 e 3º do R.T.

Parere das Comissões:

Justiça: Pela Constitucionalidade e Legalidade.

Finanças: Pela Aprovação da matéria.

Defesa do Consumidor e Fiscalização de Leis: Pela  
Aprovação da matéria.

Ao Sr. (a): Sullivan Mante

Para providenciar a extração do avulso.

Em 15/09/17  
SAL  
Aubrey

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 15 / 09 / 17

Ragundes  
ASSINATURA



**Câmara Municipal de Vitória**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

**118/2017**

<b>PROCESSO</b>	8476/2017.
<b>PROJETO DE LEI</b>	208/2017.
<b>EMENTA</b>	Altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória – REFIS VITÓRIA 2017.
<b>INICIATIVA</b>	Prefeitura Municipal de Vitória.
<b>PARECER</b>	Comissão de Constituição e Justiça – Pela constitucionalidade e Legalidade. Comissão de Finanças – Pela Aprovação. Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização de Leis – Pela Aprovação.





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

INCLUA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, 19 / 09 / 2017

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA  
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

Em, 19 / 09 / 2017

\_\_\_\_\_  
Presidente da CMV

Ao Sr.(Sra.), Pedro Evolich Santos  
Para extração do Autógrafo de Lei e  
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 21 / 09 / 2017

[Assinatura]  
Diretor DEL

Matéria : Projeto de Lei nº 208/2017

Reunião : 90ª Sessão Ordinária  
 Data : 19/09/2017 - 16:15:19 às 16:16:08  
 Tipo : Nominal  
 Turno : Ata

Quorum :

Total de Presentes : 13 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
35	Cleber Felix	PP	Sim	16:15:35
33	Dalto Neves	PTB	Não Votou	
17	Davi Esmael	PSB	Sim	16:15:28
29	Denninho Silva	PPS	Sim	16:15:22
30	Leonil	PPS	Sim	16:15:23
24	Luiz Paulo Amorim	PV	Sim	16:15:23
9	Max da Mata	PDT	Não Votou	
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	16:15:23
31	Nathan Medeiros	PSB	Sim	16:15:34
11	Neuzinha	PSDB	Sim	16:15:27
34	Roberto Martins	PTB	Sim	16:15:23
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	16:15:30
21	Vinicius Simões	PPS	Não Votou	
36	Waguinho Ito	PPS	Sim	16:15:31
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	16:15:22

Totais da Votação :

SIM 12  
 NÃO 0

TOTAL  
 12

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE. AUT. Nº 126

Vitória, 21 de Setembro de 2017.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 10.891/2017**, referente ao **Projeto de Lei nº 208/2017**, de autoria do **Prefeito Municipal**, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 19 de Setembro de 2017.

Atenciosamente,

  
**Vinícius Simões**  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Processo: **5860202/2017** Prioridade **EXPRESSA**  
Data: 21/09/2017 Hora: 16:47  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI

Documento: OFICIO - 126  
Destino: **SEGOV/SUB-RI**  
Volume: 01/01







**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 10.891**

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 208/2017**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

**"Altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS Vitória 2017".**

**Art. 1º.** Ficam alterados e inclusos dispositivos na Lei 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS VITÓRIA 2017, que passa a vigorar com as seguintes redações:

Art.1º.....

§4º. É vedado o parcelamento pelo responsável tributário em relação aos tributos em que houver o dever de retenção.

Art. 2º.....

I-.....

II-.....

a).....

b) 65% (sessenta e cinco por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior ao limite máximo permitido na alínea "a" até o máximo de 12 (doze)." (NR)

**Art.2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 21 de Setembro de 2017.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

Wanderson José da Silva Marinho  
**1º SECRETÁRIO**

Leonil Dias da Silva  
**2º SECRETÁRIO**

Adalto Bastos das Neves  
**3º SECRETÁRIO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Departamento Legislativo

Sr. Diretor,  
Encaminhar para Expediente Externo  
A Lei Sancionada nº 9.179/2017  
Em, 26/09/2017

Funcionário Aguiar

INCLuíDO NO EXPEDIENTE EXTERNO  
Em, 27/09/2017

[Signature]  
Diretor/DEL

Ao DEL,  
Para providenciar os demais encaminhamentos  
Regimentais relativos ao presente processo.  
Em, 27/09/2017

Presidente



**Prefeitura Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

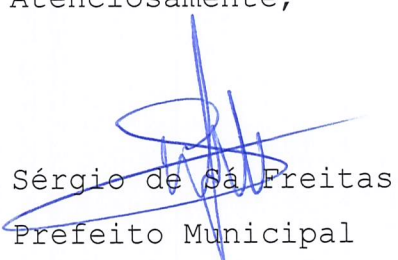
SEGOV/489

Vitória, 22 de setembro de 2017

Senhor Presidente:

Sancionei na Lei nº 9.179, anexa, o Autógrafo de Lei nº 10.891/17, referente ao Projeto de Lei nº 208/17, de autoria deste Executivo.

Atenciosamente,

  
Sérgio de Sá Freitas  
Prefeito Municipal  
em exercício

Processo: 0/2017  
Tipo: Documento: 680/2017  
Área do Processo: Administrativa  
Data e Hora: 26/09/2017 15:30:16  
Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória  
Assunto: Sancionei a Lei 9.179, anexa, o Autógrafo de Lei 10.891/17, referente ao Projeto de Lei 208/17.

Exmo.Sr.

Vereador Vinícius José Simões

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.5860202/17

8476/17




Projeto de Lei nº: 208/2017  
Processo nº: 8476/2017  
Autor: Executivo



Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

LEI Nº 9.179

SEGOV/GDO  
DIÁRIO OFICIAL DO  
MUNICÍPIO DE VITÓRIA  
DE: 26 / 09 / 17  
  
RUBRICA

Altera e inclui dispositivos da Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS Vitória 2017.


O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam alterados e inclusos dispositivos na Lei nº 9.113, de 06 de março de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização fiscal com a Fazenda Pública do Município de Vitória - REFIS Vitória 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º.....  
§4º. É vedado o parcelamento pelo responsável tributário em relação aos tributos em que houver o de ver de retenção.  
Art. 2º.....  
I - .....  
II - .....  
a).....  
b) 65 % (sessenta e cinco por cento) das multas e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior ao limite máximo permitido na alínea "a" até o máximo de 12 (doze)." (NR)

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 22 de setembro de 2017.

  
Sérgio de Sá Freitas  
Prefeito Municipal  
em exercício

Ref.Proc.5860202/17

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

ARQUIVE-SE

Em, 28 / 09 / 2017

Câmara Municipal de Vitória



*Sylvian Manola*  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

